

## AS RELAÇÕES ENTRE ENDIVIDAMENTO E SAÚDE ANTE A PANDEMIA COVID-19

**BENEDITA MARTA GOMES COSTA**

**VICTÓRIA CAMILO AZEVEDO**

UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ - UEVA

### **Introdução**

A problemática do endividamento é uma questão presente em estudos de diversas áreas, como Economia, Finanças e Administração, uma vez que é uma realidade crescente na sociedade brasileira. Para Henningén (2010), o endividamento do brasileiro está associado a uma piora no seu quadro geral de saúde psicológica. Portanto, de maneira geral, justifica-se esse estudo pela necessidade de aprofundar e ampliar os conhecimentos sobre a temática abordada.

### **Problema de Pesquisa e Objetivo**

Para tanto, definiu-se o seguinte questionamento: Como se dá a relação entre endividamento e saúde ante a pandemia Covid-19? A partir dessa pergunta norteadora, pretende-se verificar como se relacionam elementos ligados às finanças pessoais e à saúde física e psíquica dos indivíduos.

### **Fundamentação Teórica**

Brown, Taylor e Price (2005) examinaram os impactos do uso excessivo do crédito sobre os bem-estar psicológico dos chefes de família sob a perspectiva de que o endividamento está associado ao aumento do sofrimento. No cenário brasileiro, estudos de Rogers, Rogers e Securato (2015) e Nortvilitis e Mendes-da-Silva (2013) verificaram relações significativas entre endividamento e saúde psicológica dos indivíduos, convergindo com autores de pesquisas internacionais sobre a temática.

### **Metodologia**

A coleta dos dados foi realizada mediante a aplicação de questionário composto por 43 itens, distribuído em 18 questões. Dividido em três seções: a primeira avalia uso de crédito, aspectos da saúde e qualidade de vida; a segunda traça o perfil socioeconômico (idade, gênero, estado civil, renda familiar mensal, tipo de trabalho, nível de educação e situação financeira); a terceira relaciona endividamento ante a pandemia, Auxílio Emergencial, o destino dado ao dinheiro e levanta informações sobre os principais tipos de dívida contraídos.

### **Análise dos Resultados**

Através dos resultados obtidos pode-se constatar que 63,22% dos entrevistados concordaram que o uso de crédito permite uma melhor qualidade de vida e que é essencial para viver atualmente. Em contrapartida, este mesmo percentual admitiu a importância do pagamento à vista e pontuou que o uso do crédito pode ser muito perigoso. Houve consenso quanto ao cuidado com o gasto de dinheiro e 87,5% consideraram que é importante viver de acordo com a renda que se tem. Dos 37,5% que solicitaram o auxílio emergencial, apenas 28,3% foram contemplados.

### **Conclusão**

De forma geral, os dados possibilitaram verificar um decréscimo da saúde autorelatada quando comparada à situação de endividamento. Outro achado consiste em verificar que os entrevistados reconhecem que a disponibilização do crédito pode ser um instrumento perigoso tendo em vista o processo de endividamento em longo prazo.

### **Referências Bibliográficas**

BROWN, S.; TAYLOR, K.; PRICE, S.W. Debt and distress: Evaluating the psychological cost of credit. *Journal of Economic Psychology*. v. 26, p. 642-663, 2005. BUSS, P.M.; PELLEGRINI FILHO, A.A saúde e seus determinantes sociais. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, abr. 2007. Disponível em: . Acesso em: 15 maio 2022

### **Palavras Chave**

Saúde autodeclarada, Finanças, QSG – 12

### **Agradecimento a órgão de fomento**

Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

## AS RELAÇÕES ENTRE ENDIVIDAMENTO E SAÚDE ANTE A PANDEMIA COVID-19

**Palavras-chave:** Saúde autodeclarada, Finanças, QSG – 12

### 1 INTRODUÇÃO

A problemática do endividamento é uma questão presente em estudos de diversas áreas, como Economia, Finanças e Administração, uma vez que é uma realidade crescente na sociedade brasileira. Segundo dados divulgados pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) coletados pela Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC, 2022), o percentual de famílias que relataram ter dívidas a vencer alcançou 76,1% em janeiro, queda de 0,2 ponto percentual em relação a dezembro de 2021, mas aumento de 9,6 pontos ante janeiro de 2021. Com inflação persistentemente elevada e aumento mais destacado dos juros, o indicador de contas ou dívidas atrasadas é o maior desde agosto de 2020. Constata-se que uma parcela majoritária da população brasileira se encontra em situação de endividamento. Esse cenário foi agravado pelas circunstâncias causadas pela pandemia de Covid-19. Dados da PEIC (2020) apontam que, durante a pandemia de Covid-19, o percentual de famílias brasileiras com dívidas atingiu um novo recorde histórico em junho de 2020, chegando a 67,1%, com alta de 0,6 ponto percentual desde janeiro de 2010.

Para Henning (2010), o endividamento do brasileiro está associado a uma piora no seu quadro geral de saúde psicológica. Buss e Pelegrini Filho (2007) discutem sobre como determinantes sociais de saúde como fatores econômicos, culturais, psicológicos, étnicos e comportamentais impactam na saúde da população. Clayton, Liñares-Zegarra e Wilson (2015) apontam sobre o consumo de álcool associado a problemas financeiros e sobre a piora da saúde frente às dívidas de longo prazo.

Destaca-se que estudos sobre a temática apresentada vêm se popularizando no meio científico internacional. No entanto, no âmbito nacional o tema limita-se a uma perspectiva puramente financeira, carecendo de investigações mais profundas acerca das causas e fatores do endividamento e suas relações com a saúde dos indivíduos (HENNINGEN, 2010). Em uma pesquisa realizada por Oliveira (2018) foi observado ausência de estudos nacionais que investiguem as interações entre saúde e endividamento.

Portanto, de maneira geral, justifica-se esse estudo pela necessidade de aprofundar e ampliar os conhecimentos sobre a temática abordada. Para tanto, definiu-se o seguinte questionamento: Como se dá a relação entre endividamento e saúde ante a pandemia Covid-19? A partir dessa pergunta norteadora, pretende-se verificar como se relacionam elementos ligados às finanças pessoais e à saúde física e psíquica dos indivíduos.

O presente artigo estrutura-se nesta primeira parte introdutória, com exposição da temática, apresentação de dados, objetivo e justificativa; referencial teórico, com discussão sobre o assunto e citações de autores como referência; metodologia, com explicação dos métodos de coleta e análise utilizados na pesquisa; considerações finais e por fim, as referências bibliográficas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 O ENDIVIDAMENTO DOS BRASILEIROS

O endividamento pode ser entendido como o ato de contrair dívidas e a obrigação de reconhecê-las em função de favores, mercadorias ou serviços recebidos. No entanto, pesquisa conduzida pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) revela que 79% dos brasileiros possuem uma ideia equivocada do conceito de endividamento, pois para essa grande maioria estar endividado é uma condição de incapacidade de quitar suas dívidas. Nesse contexto, surge a necessidade de entender a diferença entre estar endividado e estar inadimplente.

Endividado é aquele que possui obrigações, se há parcelas, há dívidas, sendo elas pagas em dia ou não. Inadimplente é aquele que tem uma obrigação e não consegue cumprir, aquele que tem dívidas e não consegue pagá-las no prazo estabelecido. É uma das consequências para o inadimplente é ter o nome incluído nos cadastros de restrição ao crédito, passando a ser negativado. Devido à falta de entendimento acerca das diferenças entre as duas palavras, o conceito de “endividado” é visto como algo negativo.

Acerca do descrito é possível perceber como, de alguma forma, a sociedade criou elementos de diferenciação em torno desta condição: o estereótipo do endividamento. O indivíduo endividado é comumente classificado como: 1) desprovido de educação financeira, sendo esse o motivo pelo qual alcançou a situação de insolvência; 2) pessoa de má índole que realizou dívidas com intenção prévia de não pagar; ou ainda, como 3) aquele sujeito portador de alguma patologia que lhe leva a gastar. (OLIVEIRA, 2018, p. 27)

Dados da pesquisa global sobre educação financeira *S&P Global Finlit Survey* revelam que o índice de alfabetismo financeiro dos brasileiros encontra-se próximo da média mundial. No Brasil, só 35% das pessoas entrevistadas acertaram as respostas das questões relacionadas a pelo menos três dos quatro conceitos analisados. No mundo esse indicador é de 33% e nas economias avançadas chega a 55%. O resultado coloca o Brasil na 67ª posição entre os 143 países analisados. Segundo dados do Banco Central do Brasil (BACEN) em uma pesquisa realizada em 2015, 56% dos entrevistados assumiram não fazer orçamento doméstico ou familiar e 69% afirmaram não ter poupado nenhuma parte da renda recebida nos últimos 12 meses. Tais números evidenciam que os brasileiros, em sua grande maioria, são desprovidos de educação financeira e não possuem o hábito de poupar.

A partir da década de 70, os trabalhadores vêm experimentando uma tendência de estagnação dos salários, principalmente nos países industrializados. Em associação a esse fenômeno, o aumento contingencial de pessoas aptas a desempenhar atividades remuneradas apresentou crescimento. Estes fatores contribuíram para o processo de perda do poder financeiro das famílias, tendo em vista a velocidade do processo de globalização e a excitação econômica que geraram instabilidade na economia doméstica, instigando o consumo e favorecendo o endividamento (OLIVEIRA, 2018 *apud* GUTTMANN; PLIHON, 2008).

No Brasil, a oferta de crédito foi fortemente incentivada pelo governo como uma alternativa para fomentar o desenvolvimento econômico e a estabilidade da moeda. Assim, o crédito passou a ser utilizado amplamente pelas famílias brasileiras para custear suas despesas, frente às incertezas econômicas. Com essa política, expandiu-se a oferta de dinheiro para estratos sociais que até então não tinham acesso a modalidades de financiamento (CLAUDINO; NUNES; SILVA, 2009; RIBEIRO; LARA, 2016; MELZ *et al.* 2014).

Somando-se a oferta de crédito facilitada, o baixo índice de educação financeira dos brasileiros, a estagnação dos salários, o aumento generalizado dos preços dos produtos, entre outros fatores macroeconômicos, tem-se um contexto crescente de endividamento.

## 2.2 ENDIVIDAMENTO E SAÚDE

Brown, Taylor e Price (2005) examinaram os impactos do uso excessivo do crédito sobre o bem-estar psicológico dos chefes de família sob a perspectiva de que o endividamento está associado ao aumento do sofrimento. No cenário brasileiro, estudos de Rogers, Rogers e Securato (2015) e Nortvilitis e Mendes-da-Silva (2013) verificaram relações significativas entre endividamento e saúde psicológica dos indivíduos, convergindo com autores de pesquisas internacionais sobre a temática.

Boen e Yang (2016) buscaram conhecer como a economia e o ambiente macro impactam na saúde, analisando os efeitos da recessão econômica americana de 2007 na saúde individual. Como aponta Oliveira (2018), esse estudo fornece fortes evidências que o bem-estar é afetado em virtude de situações econômicas adversas, e que essa condição contribui para o aumento de níveis de estresse, depressão e ansiedade.

Por meio desses estudos, conclui-se que indivíduos com alto risco de endividamento tendem a apresentar piores níveis de transtornos psíquicos, além de avaliarem sua qualidade de vida e saúde piores do que indivíduos com baixo risco de endividamento (SOUZA; ROGERS; ROGERS, 2018). Sob esse contexto, é possível explorar diversos fatores que contribuem para o surgimento desse quadro, tanto no campo da saúde, verificando-se os construtos de saúde da população, quanto no campo social, por meio da observação do comportamento consumidor, das finanças pessoais e da macroeconomia.

## 2.3 PANDEMIA DE COVID-19: impactos socioeconômicos e políticas

O primeiro caso de Covid-19 no Brasil foi registrado em 26 de fevereiro de 2020. No mesmo mês, o Ministério da Saúde declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, considerando que o evento é complexo e demanda esforço conjunto de todo o Sistema Único de Saúde (SUS), da população e dos governantes. Nesse contexto, as medidas que os estados brasileiros tomaram para enfrentar a disseminação do vírus foram o distanciamento social, a utilização de máscaras e o uso do álcool gel. Durante o período de *lockdown*, o qual ocorreu na época de pico de casos de Covid-19, muitas empresas e comerciantes foram afetados com o fechamento e redução da capacidade de produção, consequentemente houve um impacto fortíssimo sobre a economia, com o aumento do desemprego, o qual atingiu a marca de 14,1% no 2º trimestre de 2021, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Diante de todas as crises vivenciadas pelo Brasil, a pandemia de Covid-19 mostrou-se gravíssima, uma vez que gerou impactos profundos em diversas esferas da sociedade, mas principalmente na saúde e na economia. O potencial de crescimento da economia brasileira permanece baixo diante da elevada incerteza política, da queda de renda das famílias, principalmente as de classe baixa, do pouco espaço fiscal para investimento público e do nível de ociosidade alto das empresas que ainda buscam maneiras de dar continuidade na inovação, adotando novas formas de trabalho e buscando flexibilizar sua relação com os colaboradores.

Em meio à crise pandêmica, o nível de endividamento das famílias brasileiras cresceu consideravelmente. Dados da PEIC (2021) revelam que, no auge da pandemia, 67,3% das famílias brasileiras estavam endividadas, considerando dívidas como cartão de crédito, cheque especial, crédito pessoal, carnê de loja, prestação de veículos e de imóveis. De acordo com dados do Banco Central do Brasil, o endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional (SFN), com exceção do crédito habitacional, em relação à renda acumulada dos últimos doze meses registrou o maior percentual desde o início da série em 2005. No primeiro trimestre de 2021, o endividamento chegou a 35,7% (BACEN, 2021).

Segundo Mosca (2009) diversas causas impactam no nível de endividamento e podem ser apontadas em duas classes distintas: os fatores microeconômicos (voltados para o comportamento individual das famílias) e os elementos macroeconômicos (que afetam a economia de forma geral e estão fora do controle das famílias). Nesse ínterim, é válido lembrar que a inflação elevada tem reduzido o poder de compra dos indivíduos. Além disso, as fragilidades do mercado de trabalho formal e informal diminuíram a renda dos consumidores, atenuando o desemprego que impacta diretamente no orçamento familiar.

Constata-se, portanto, que o endividamento das famílias brasileiras não é advindo apenas dos fatores microeconômicos, decorrentes do consumo individual, mas está intrinsecamente relacionado a variáveis macroeconômicas, tendo em vista o cenário socioeconômico brasileiro. Deste modo, em meio ao contexto pandêmico, houve uma desaceleração das atividades econômicas e com isso, diversos setores foram impactados. Assim, a redução da renda dos consumidores aliados à falta de educação financeira dos indivíduos, à concessão de crédito facilitada por parte das instituições e ao desemprego propiciaram o aumento nos percentuais de endividamento das famílias (BARBOSA, 2020).

Quanto às medidas de políticas macroeconômicas emergenciais para evitar o colapso econômico e financeiro no Brasil, o governo brasileiro passou a ofertar linha de crédito emergencial pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco do Nordeste (BNB) com taxas atrativas para capital de giro para pequenas e médias empresas para amenizar frustração de receitas; Implementação de um programa de socorro financeiro aos governos estaduais e municipais; Ampliação para as famílias do programa de refinanciamento de dívidas de pessoas de menor renda da Caixa; Garantia de recursos extras na saúde para ampliação de leitos e aquisição de equipamentos; e Implementação do Auxílio emergencial, criado para assegurar uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante a pandemia da Covid-19.

Coube ao governo federal transferir recursos para Estados e municípios (destacadamente para o combate ao Covid-19 e para reforço da estrutura da área de saúde), viabilizar o pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por mês às pessoas enquadradas como “em situação de vulnerabilidade”, a viabilização de crédito bancário para pequenos negócios, entre outras ações. (ORNELAS, 2020, p. 1265)

Segundo dados do Ministério da Cidadania (2021), mais de 39 milhões de famílias foram beneficiadas com o pagamento do Auxílio Emergencial. No total, mais de 68 milhões de brasileiros foram contemplados com o programa, o que representa cerca de 32% da população brasileira (BRASIL, 2021). De acordo com os dados do Governo Federal, 39,9% dos recursos foram direcionados para as regiões com maior contingente de populações vulneráveis do Brasil, no Norte e no Nordeste. De acordo com dados Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2020), dos domicílios situados nas regiões Norte e Nordeste, respectivamente, 60% e 58,9% receberam esse tipo de auxílio.

Em relação ao destino do dinheiro recebido via Auxílio Emergencial, 25% dos entrevistados relataram ter utilizado para pagamento de contas e para 44% dos participantes o auxílio consistiu na única fonte de renda.

Tendo em vista o quadro teórico exposto, buscou-se realizar uma pesquisa, de metodologia a ser apresentada a seguir, que tem como principal objetivo verificar as relações entre o endividamento e a saúde dos brasileiros diante da pandemia de Covid-19.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesse estudo tem natureza descritiva, com base em pesquisa de caráter quantitativo. De acordo com Gil (2002), trata-se de um estudo que tem como objetivo descrever características de uma determinada população ou fenômeno, utilizando técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionário e observação sistemática.

A coleta dos dados foi realizada mediante a aplicação de questionário composto por 43 itens, distribuído em 18 questões. Dividido em três seções: a primeira avalia uso de crédito, aspectos da saúde e qualidade de vida; a segunda traça o perfil socioeconômico (idade, gênero, estado civil, renda familiar mensal, tipo de trabalho, nível de educação e situação financeira); a terceira relaciona endividamento ante a pandemia, Auxílio Emergencial, o destino dado ao dinheiro e levanta informações sobre os principais tipos de dívida contraídos.

Participaram da pesquisa indivíduos residentes no município de Sobral-CE selecionados arbitrariamente, de acordo com a disponibilidade de participação. Os objetivos da pesquisa foram explorados mediante aplicações de questionário, sendo coletados 172 questionários em material impresso e 70 respostas em questionário online, elaborado pela plataforma Google Formulários e encaminhado para os respondentes por via de redes sociais como WhatsApp e Instagram.

O questionário foi elaborado com base no exame de saúde autodeclarada, por meio do Questionário Geral de Saúde (QSG – 12), desenvolvido por Goldberg (1972) e os instrumentos adotados pela CNC, referente a pesquisa de endividamento do brasileiro e os questionários adotados pelo Banco Central e pelo Instituto Datafolha para avaliar os impactos do auxílio emergencial. Os respondentes da pesquisa foram selecionados de forma aleatória escolhida por conveniência e disponibilidade de participarem do estudo, em espaço público.

Para a análise de dados foram utilizados cálculos de estatística descritiva (média, moda desvio padrão e coeficiente de variação).

### 4 ANÁLISE DE DADOS

Com a obtenção dos dados (Tabela 1), verificou-se uma predominância do gênero feminino, correspondendo a 57,4% dos entrevistados. No quesito estado civil, observou-se que mais da metade (51,7%) dos entrevistados são casados, ou seja, um público que certamente arcam com despesas e contas domésticas (energia, água, internet, aluguel, etc); possivelmente possuem filhos, o que significa que gastos como boletos de escola, planos de saúde e/ou odontológicos, supermercado, entre outros aumentam. Os solteiros correspondem a 35,1% dos respondentes, para esse público os gastos são relativos, dependendo do estilo de vida e padrão de consumo de cada um. Por fim, a minoria é composta por divorciados e viúvos.

Ao analisar o grau de escolaridade da pessoa com maior rendimento da casa, percebeu-se que a parcela majoritária, representada por 79,4%, concentra-se entre ensino médio completo e pós-graduação, dos quais 45,5% possuem ensino superior completo e pós-graduação. Esses dados apontam que, em linhas gerais, há uma relação diretamente proporcional entre grau de escolaridade e renda.

No que se refere à renda familiar mensal, 58,6% revelam que vivem apenas com uma renda familiar mensal de até 3 salários mínimos, 33,9% possuem renda familiar mensal entre 3 a 9 salários mínimos, enquanto uma pequena parcela de 7,4% vive com renda familiar mensal acima de 9 salários mínimos. A partir desses dados, constata-se a relação inversamente proporcional do poder aquisitivo dos brasileiros.

**Tabela 1 – Índice percentual das variáveis gênero, estado civil, escolaridade e renda familiar mensal. Sobral/CE. Mar/2022.**

<b>Gênero</b>	<b>%</b>
Masculino	42,6
Feminino	57,4
<b>Estado civil</b>	<b>%</b>
Solteiro(a)	35,1
Casado(a)	51,7
Divorciado(a)	7,4
Viúvo(a)	5,8
<b>Grau de escolaridade</b>	<b>%</b>
Educação básica incompleta ou inferior	6,2
Educação básica completa	10,7
Ensino médio incompleto (incluindo ensino técnico)	3,7
Ensino médio completo (incluindo ensino técnico)	21,5
Ensino superior incompleto (incluindo ensino técnico completo)	12,4
Ensino superior completo	24,0
Pós-graduação (mestrado, doutorado ou equivalente)	21,5
<b>Renda familiar mensal</b>	<b>%</b>
Até 1 salário mínimo	14,4
De 1 a 3 salários mínimos	44,2
De 3 a 6 salários mínimos	22,7
De 6 a 9 salários mínimos	11,2
De 9 a 12 salários mínimos	4,1
De 12 a 15 salários mínimos	0,8
Mais de 15 salários	2,5

Fonte: Dados da pesquisa.

Dados da tabela 1 apontam que uma grande parcela de 47,1% dos respondentes tem como categoria de ocupação da pessoa que possui maior rendimento em sua casa emprego administrativo, vendedor, secretária, chefe de seção ou departamento, técnico especializado; profissional independente de carreira técnica (contador, analista de sistemas, desenhista, músico); professor primário ou secundário. Aponta também com um menor percentual de 0,8% a categoria de alto executivo de grande empresa (gerente geral ou diretor), empresário proprietário de empresas medianas e grandes; profissionais independentes de grande prestígio.

A idade média dos entrevistados é de 38 anos, com desvio padrão de 13,57 e coeficiente de variação 35,6%. Observou-se que o maior grupo de respondentes se concentra na faixa etária de 20 a 30 anos, correspondendo a um percentual de 36,8%, enquanto o menor grupo, representado por 7%, é de idosos (mais de 60 anos).

A média de filhos por entrevistado é de 1 a 2 filhos, com desvio padrão de 1,32 e coeficiente de variação 95,1%. Atenta-se para o dado do coeficiente de variação estar alto devido ao percentual significativo de 38% dos respondentes atribuir “0” para a variável “número de filhos”. 55% afirmam ter de 1 a 3 filhos e 7% ter 4 filhos ou mais.

Em relação à variável “número de pessoas na família”, a média é de 3 a 4 pessoas por família, tendo um desvio padrão de 1,30 e coeficiente de variação 36,7%.

**Tabela 2 – Índice percentual de auto avaliações de níveis de endividamento: dificuldade financeira para alcançar o fim do mês e grau de endividamento. Sobral/CE. Mar/2022.**

<b>Grau de dificuldade financeira para alcançar o fim do mês</b>	<b>%</b>
Com grande dificuldade	4,5
Com dificuldade	50,0
Com facilidade	43,8
Com muita facilidade	1,7
<b>Grau de endividamento</b>	<b>%</b>
Nada	18,6
Pouco	70,2
Muito	11,2

Fonte: Dados da pesquisa.

Observou-se que 54,5% dos entrevistados revelam chegar ao final do mês com grande dificuldade ou com dificuldade (Tabela 2). De modo geral, foi verificado que 81,4% dos entrevistados revelam que estão endividados. Importante salientar que muitas pessoas não sabem o que se caracteriza como dívida, afirmando que não possuem dívidas, desconsiderando o cartão de crédito, por exemplo. Como aponta Oliveira (2018), o “ser endividado” assume um conceito que traz vergonha, assim muitos indivíduos carecem de percepção sobre endividamento, uma vez que a falta de educação financeira é uma realidade no Brasil.

**Tabela 3 – Índice percentual da relação de solicitação e recebimento do Auxílio Emergencial e avaliação da situação financeira durante a pandemia. Sobral/CE. Mar/2022.**

<b>Solicitação do auxílio emergencial</b>	<b>%</b>
Sim	39,7
Não	60,3
<b>Recebimento do auxílio emergencial</b>	<b>%</b>
Sim	31,8
Não	68,2
<b>Situação financeira durante a pandemia</b>	<b>%</b>
Permaneceu com as mesmas dívidas anteriores à pandemia	29,3
Suas dívidas aumentaram	25,2
Suas dívidas diminuíram	12,0
Conseguiu pagar todas as dívidas que estavam pendentes	14,5
Não possui dívidas	18,6
Ausente	0,4

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre os entrevistados observou-se que 39,7% solicitaram o auxílio emergencial, destes apenas 31,8% foram contemplados. Apurou-se que 31,9% destinaram o auxílio emergencial para a compra de alimentos, pagamento de dívidas e de contas como água, energia, aluguel, entre outras e também para a compra de medicamentos, máscaras e álcool gel. Conforme estudo de Carvalho (2021), baseado nos microdados da PNAD, cerca de 4,25 milhões de domicílios sobreviveram somente com a renda recebida do Auxílio Emergencial.

Uma parcela de 25,2% revela que suas dívidas cresceram diante da pandemia e 29,3% afirma que permaneceu com as mesmas dívidas de antes. Conclui-se, que a principal causa do endividamento provém das compras em cartão de crédito, cerca de 30,2%. Já 12,8% têm como dívidas carnês de loja, cheque especial, financiamentos e empréstimo pessoal.

**Tabela 4 – Índice percentual dos entrevistados sobre aspectos em saúde física e mental. Sobral/CE. Mar/2022**

QUESTÃO	1	2	3	4	5
Tem conseguido se concentrar bem naquilo que faz.	1,2	4,5	33,1	41,3	19,8
Tem perdido o sono frequentemente por causa de suas preocupações.	17,4	32,6	18,2	20,7	11,2
Tem sentido que está desempenhando um papel útil na vida.	2,5	4,1	34,3	24,4	34,7
Tem se sentido capaz de tomar decisões.	2,5	4,5	27,7	28,1	37,2
Tem se sentido constantemente esgotado ou sob pressão.	12,0	27,7	21,1	24,4	14,9
Tem tido a sensação de que não pode superar suas dificuldades.	14,5	38,0	15,3	20,7	11,6
Tem realizado com satisfação suas atividades normais do dia-a-dia.	2,1	7,9	28,9	38,0	23,1
Tem sido capaz de enfrentar seus problemas adequadamente.	3,7	7,0	31,4	39,3	18,6
Tem se sentido infeliz e deprimido.	34,7	34,3	11,2	13,2	6,6
Tem perdido a confiança em si mesmo.	37,2	33,1	15,3	8,7	5,8
Tem pensado que é uma pessoa inútil.	49,2	31,8	9,9	5,4	3,7
Tem se sentido razoavelmente feliz, considerando todas as circunstâncias.	7,0	6,2	21,1	36,4	29,3

1 Discordar totalmente; 2 Discordar; 3 Concordar parcialmente; 4 Concordar; 5 Concordar totalmente.

Fonte: Dados da pesquisa

Verificou-se que uma parte considerável admite não estar enfrentando problemas em relação à saúde mental e/ou física, apesar de que um percentual significativo afirmou sentir-se constantemente esgotado ou sob pressão. Observou-se também que uma parcela considerável tem perdido o sono frequentemente por causa de suas preocupações.

Importante ressaltar que possivelmente hajam outras variáveis envolvidas na causa desses problemas que não, necessariamente estão relacionados ao endividamento. Fatores presentes no dia-a-dia no trabalho, como sobrecarga de atividades, excesso de cobranças e frustração de expectativas são causadores de um ambiente laboral problemático (CHERNISS, 1980; MASLACH, SCHAUFELI & LEITER, 2001) e estão relacionados ao esgotamento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em questão buscou verificar como se relacionam elementos ligados às finanças pessoais e à saúde física e psíquica dos indivíduos em tempo da pandemia Covid-19. As justificativas para execução dessa pesquisa foram fundamentadas na necessidade de ampliar conhecimentos sobre a temática de saúde em relação ao endividamento.

Para atingir tanto ao objetivo geral quanto os específicos foram utilizadas técnicas de estatística descritiva. Através dos resultados obtidos pode-se constatar que 63,22% dos entrevistados concordaram que o uso de crédito permite uma melhor qualidade de vida e que é essencial para viver atualmente. Em contrapartida, este mesmo percentual admitiu a importância do pagamento à vista e pontuou que o uso do crédito pode ser muito perigoso. Houve consenso quanto ao cuidado com o gasto de dinheiro e 87,5% consideraram que é importante viver de acordo com a renda que se tem. Dos 37,5% que solicitaram o auxílio emergencial, apenas 28,3% foram contemplados. Com relação à saúde mental, foi verificado que aproximadamente 75% têm se sentido constantemente esgotado ou sob pressão e 47,5% sentem que não podem superar suas dificuldades.

De forma geral, os dados possibilitaram verificar um decréscimo da saúde autorelatada quando comparada à situação de endividamento. Outro achado consiste em verificar que os entrevistados reconhecem que a disponibilização do crédito pode ser um instrumento perigoso tendo em vista o processo de endividamento em longo prazo.

## AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) a bolsa de Iniciação Científica concedida no período de setembro de 2021 a agosto de 2022 a segunda autora.

## REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. Segundo pesquisa, brasileiro não tem hábito de poupar e não se planeja financeiramente. 2018. Disponível em: <<https://www.BACEN.gov.br/detalhenoticia/200/noticia>>. Acesso em: 17 maio 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais - v. 2, n. 1, 2021. **Endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional exceto crédito habitacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses**

Disponível em: <<https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/20400-endividamento-dasfamilias-com-o-sistema-financeiro-nacional-exceto-credito-habitacional-em-r>>. Acesso em: 20 maio 2022.

BARBOSA, Marcelo. **COVID-19 - Aumento do endividamento durante pandemia acende alerta**. RÁDIO ASSEMBLEIA, 05 de maio de 2020. Disponível em:

<[https://www.almg.gov.br/acompanhe/radio\\_assembleia/podcasts/index.html?idAudio=1512907&cat=78](https://www.almg.gov.br/acompanhe/radio_assembleia/podcasts/index.html?idAudio=1512907&cat=78)>. Acesso em: 20 maio 2022.

BOEN, C.; YANG, Y.C. The physiological impacts of wealth shocks in late life: Evidence from the Great Recession. **Social Science & Medicine**. v. 150 p. 221-230, 2016.

BRASIL. Tesouro Nacional Transparente. **Monitoramento dos gastos da União com combate à Covid-19**. Disponível em:

<<https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dosgastos-com-covid-19>>. Acesso em: 20 maio 2022.

BROWN, S.; TAYLOR, K.; PRICE, S.W. Debt and distress: Evaluating the psychological cost of credit. **Journal of Economic Psychology**. v. 26, p. 642-663, 2005.

BUSS, P.M.; PELLEGRINI FILHO, A.A saúde e seus determinantes sociais. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, abr. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312007000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312007000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 maio 2022.

CARVALHO, Sandro Sacchet de. **Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial**: os resultados dos microdados da PNAD Covid-19 de agosto. Carta de Conjuntura, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

(IPEA), Brasília, DF, n. 48, p. 1-19, 2020.

CLAUDINO, L.P.; NUNES, M.B.; SILVA, F.C. Finanças pessoais: um estudo de caso com servidores públicos. In: XII Seminários em Administração – SemeAd. 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2009.

CLAYTON, M.; LIÑARES-ZEGARRA, J.; WILSON, J.O.S. Does debt affect health? Cross country evidence on the debt-health nexus. **Social Science & Medicine**. v.130, p. 51-58, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDBERG, D.P. **The detection of psychiatric illness by questionnaire**. Londres: Oxford University Press, 1972.

GUTTMANN, R.; PLIHON, D. O endividamento do consumidor no cerne do capitalismo conduzido pelas finanças. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, p. 575-610, dez. 2008.

HENNIGEN, Inês. Superendividamento dos consumidores: uma abordagem a partir da Psicologia Social. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 10, n. 4, p. 1173-1202, dez. 2010. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482010000400006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482010000400006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 maio 2022.

INSPER. São Paulo, Centro de Finanças. 2021. Pesquisa global sobre educação financeira: S&P Finlit Survey. Disponível em: <<https://www.insper.edu.br/pesquisa-e-conhecimento/centro-de-financas/parcerias/educacao-financeira/>>. Acesso em: 16 maio 2022.

MASLACH, C.; SCHAUFELI, W.B.; LEITER, M.P. (2001). Job burnout. **Annual Review Psychology**. v. 52, p. 397-422, 2001.

MESQUITA, Teobaldo Campos. **Manual de elaboração e apresentação de trabalhos científicos**. 4. ed. Sobral: Edições UVA, 2014.

MOSCA, Aquiles. **Finanças Comportamentais: Gerencie suas emoções e alcance sucesso nos investimentos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

MONEY, Explained. Produção Original Netflix. EUA: Netflix, 2021. 5 episódios (112 min.). Disponível em: <<https://www.netflix.com/watch/81345771?source=35&trackId=254743534>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

NORVILITIS, J.; MENDES-DA-SILVA, W. Attitudes toward credit and finances among college students in Brazil and the United States. **Journal of Business Theory and Practice**, v. 1, n. 1, p. 132-151, 2013.

O PERFIL DO ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS EM 2020. Rio de Janeiro: FECOMERCIO, 2020.

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Disponível em: <http://www.oecd.org/newsroom/global-economy-faces-gravest-threat-since-the-crisis-coronavirus-spreads.htm>. Acesso em: 2 out. 2020.

OLIVEIRA; Carlos Ítalo de. **Da dívida ao sofrimento: as relações entre endividamento e saúde**. 2018. 91 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

- ORNELAS, Eduardo. A teoria Keynesiana, o Brasil e a narrativa “economia vs. saúde” diante da pandemia: como as estratégias anticíclicas têm sido utilizadas. **Brazilian Journals of Business**, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 1256-1267, jan./mar. 2021.
- PESQUISA NACIONAL DE ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DO CONSUMIDOR – PIEC. Rio de Janeiro: CNC, mar. 2020.
- PESQUISA NACIONAL DE ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DO CONSUMIDOR – PIEC. Rio de Janeiro: CNC, mar. 2022.
- RIBEIRO, R.F.; LARA, R. O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 126, p. 340-359, 2016.
- ROGERS, P.; ROGERS, D.; SECURATO, J.R. About psychological variables in application scoring models. **Revista de Administração de Empresas**, v. 55, n. 1, p. 38-49, 2015.
- SERASA. São Paulo, Serasa Experian, 2021. Endividamento: como saber se faço parte da estatística. Disponível em: <<https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/endividamento-como-saber-se-faco-parte-da-estatistica/>>. Acesso em: 16 maio 2022
- SOUZA, G.; ROGERS, P.; ROGERS, D. Endividamento, Qualidade de Vida e Saúde Mental e Física. In: ENCONTRO DE GESTÃO E NEGÓCIOS, 2018, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: EGEN, 2018. p. 672-686, 2018.